

IPECE Informe

Nº 231 – Agosto /2023

Evolução da Composição das Receitas dos Municípios Cearenses no período de 2014 a 2022



Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Sandra Maria Olimpio Machado – Secretária

Auler Gomes de Sousa – Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital

Naiana Corrêa Lima Peixoto - Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

Raimundo Avilton Meneses Júnior - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

José Meneleu Neto

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

IPECE Informe – Nº 231 – Agosto/2023

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Elaboração:

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo
Cambeba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2023

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2023

ISSN: 2594-8717

1. Economia Brasileira. 2. Economia Cearense. 3. Aspectos Econômicos. 4. Aspectos Sociais. 5. Mercado de Trabalho.

Nesta Edição

Aos municípios brasileiros foram atribuídos diversos tipos de receitas, que podem ser oriundas tanto de transferências como do esforço fiscal próprio, sendo esperado que elas possuam diferentes dinâmicas ao longo do tempo, assim algumas dessas receitas podem ganhar importância enquanto outras declinam. Objetiva-se, com esse Informe, analisar a dinâmica das principais fontes de receitas dos municípios cearenses no período compreendido entre os anos de 2014 e 2023, buscando identificar alterações na composição das fontes de receitas disponíveis para o poder público local. Entre os achados desse Informe estão a constatação de maior dependência dos municípios cearenses com as transferências do FUNDEB e que, de uma forma geral, houve um crescimento das receitas municipais próprias, ou seja, há um maior esforço de arrecadação dos municípios cearenses.

1 - Introdução

No Federalismo Fiscal brasileiro, cujos princípios norteadores constam na Constituição Federal de 1988, é atribuído aos municípios a provisão de bens e serviços, tais como saneamento urbano, educação básica e serviços de saúde, na esfera local. Para financiar essa provisão foi estabelecido como fonte de receitas dos municípios brasileiros as receitas próprias, na forma de impostos e taxas, e as transferências dos governos estaduais (como a cota parte do ICMS) e Federal (como a cota parte do FPM e recursos do FUNDEB).

Ressalte-se que essas fontes de recursos podem ser consideradas tanto de uso livre, ou seja, o poder público local decide de acordo com suas prioridades, a forma que os usará ou para serem usados de acordo com legislação específica. Enquadra-se no primeiro caso as receitas oriundas da Cota parte do FPM, as tributárias e a cota parte do ICMS. As receitas do FUNDEB, por sua vez, são recursos destinados a financiar gastos com educação, isto é, são um exemplo do segundo caso.

Em relação as receitas de transferências aos municípios, deve-se pontuar que elas são justificadas pelo fato de os municípios brasileiros possuírem diferentes realidades econômicas e sociais, assim, por exemplo, um município de maior população e maior renda possui maior capacidade de gerar receitas próprias do que um município de pequeno porte e que possua maior proporção de sua população em situação de pobreza. Dessa forma, as receitas de transferências garantiriam, ao menos em tese, a provisão de bens e serviços, pelo poder público municipal, para as populações de municípios com menor grau de desenvolvimento econômico.

Deve-se considerar, ainda, que as diferentes fontes de receitas dos municípios originam-se de diferentes fatos geradores e, relativamente às transferências, são distribuídas por critérios distintos. Assim, por exemplo, o montante que o município recebe da cota parte do ICMS está relacionado ao valor adicionado em operações de circulação de mercadorias no seu território (65% do total transferido pelos estados ¹).

Os recursos da cota parte do FPM, por sua vez, são originados da arrecadação do Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados, arrecadados pela União e considera, principalmente, a população dos municípios para a sua distribuição ². Deve-se observar que a legislação do FPM considera faixas populacionais para a distribuição dos recursos, assim o aumento de população só se reflete em aumento de repasses pelo FPM quando o município muda de faixa populacional.

Os recursos do FUNDEB tem origem das transferências do FPE (Fundo de Participação dos Estados), do FPM, de impostos arrecadados pelos estados (ICMS e IPVA, por exemplo) e, quando um município não atingir um patamar mínimo de recursos, de uma complementação de recursos paga pela União. O critério de distribuição desses recursos é a quantidade de alunos matriculados na rede de ensino do município.

¹ Os 35% restantes são distribuídos de acordo com legislação específica de cada estado

² Para a distribuição de recursos entre as capitais de estados considera-se, adicionalmente, e a renda *per capita* do estado

Dado esse preâmbulo objetiva-se, com esse Informe, analisar a dinâmica das principais fontes de receitas dos municípios cearenses no período compreendido entre os anos de 2014 e 2023, buscando identificar alterações na composição das fontes de receitas disponíveis para o poder público local.

Entre os achados desse Informe estão a constatação de maior dependência dos municípios cearenses com as transferências do FUNDEB e que, de uma forma geral, houve um crescimento das receitas municipais próprias, ou seja, há um maior esforço de arrecadação dos municípios cearenses.

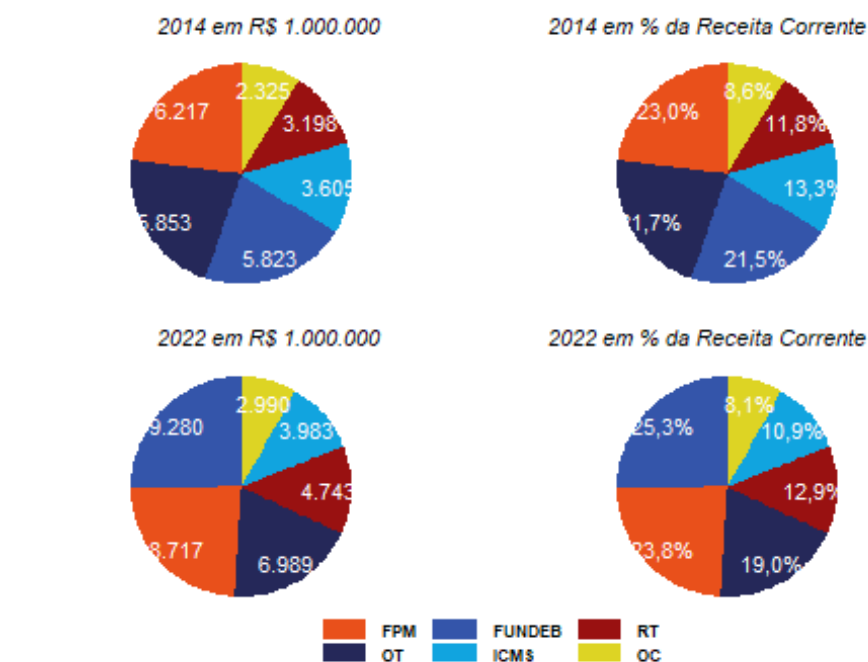
Esse Informe está organizado em quatro seções, sendo a primeira essa introdução. A segunda seção aborda as receitas do agregado dos municípios cearenses e, na terceira, analisa-se a composição das receitas correntes municipais de acordo com o porte populacional dos municípios. Na quarta e última seção são tecidos alguns comentários conclusivos.

2 - Mudança da Composição das Principais Receitas Municipais

Entre as principais fontes de receitas dos municípios cearenses pode-se destacar as receitas oriundas da cota parte do FPM, do FUNDEB, da cota parte do ICMS e das receitas tributárias que, em conjunto, representaram 72,9%, como pode ser observado na Figura 1, de suas receitas correntes no ano de 2022, ressalte-se que, ao comparar-se com 2014, houve um incremento de 3,3 pontos percentuais nessa participação.

Destaque-se que o incremento da participação destas 4 fontes de receitas ocorreu, de forma concomitante, com o crescimento das receitas correntes dos municípios cearenses, que foram, em 2022, 35,8% superiores as observadas em 2014, ver Tabela 1. Destaque-se que entre as 4 principais fontes de receitas dos municípios 3 delas (FUNDEB, tributária e FPM) apresentaram crescimento maior que a média estadual enquanto a cota parte do ICMS cresceu menos que o agregado das receitas correntes.

Figura 1: Composição da Arrecadação dos Municípios Cearenses em Anos Selecionados



Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA de 12/2022.

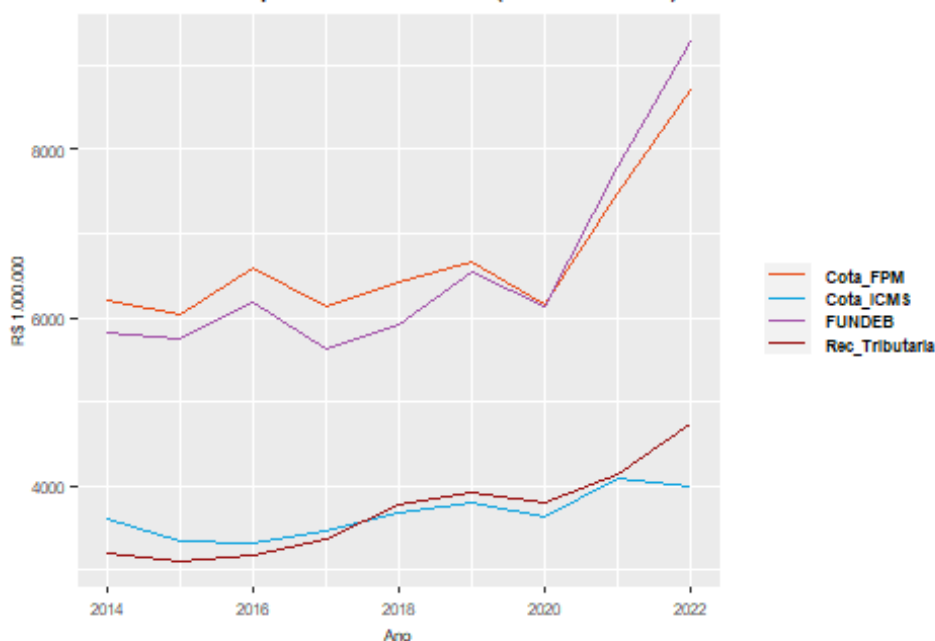
Tabela 1: Principais Fontes de Receitas Dos Municípios Cearenses (R\$1.000.000)

Receitas	2014	2022	Cresc. (%)
FUNDEB	5.822,89	9.280,43	59,38
Rec. Tributária	3.198,12	4.742,52	48,29
Cota FPM	6.217,07	8.716,95	40,21
Demais correntes	2.325,43	2.990,30	28,59
Demais transferências	5.853,17	6.989,13	19,41
Cota ICMS	3.605,29	3.982,78	10,47
Total Receita Corrente	27.021,98	36.702,12	35,82

Fonte: STN / Siconfi. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA de 12/2022.

É interessante observar que o maior crescimento das receitas do FUNDEB resultou no fato, ver Figuras 1 e 2, de que essas receitas se tornaram a principal fonte de recursos dos municípios cearenses. Assim, no ano de 2022, as receitas do Fundeb representavam 25,3% da receita corrente dos municípios cearenses. Pela inspeção da Figura 2 é possível constatar que as Receitas do FUNDEB ultrapassaram as da cota parte do FPM ainda no ano de 2020.

Figura 2: Evolução das Principais Receitas dos Municípios Cearenses (R\$ 12/2022)



Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA

Deve-se pontuar que os recursos do FUNDEB devem ser empregados exclusivamente na área da educação, assim, é possível afirmar que os municípios cearenses aumentaram sua dependência de recursos que não podem ser usados de forma livre. Isto é, essa maior disponibilidade de receitas só pode ser empregada na oferta de serviços educacionais. Deve-se pontuar que, apesar da importância desses serviços para o desenvolvimento local, essa obrigatoriedade torna necessário um acompanhamento da forma como são empregados, buscando-se evitar que eles sejam capturados por grupos de interesse.

3 - Evolução da Arrecadação Municipal pelo Tamanho dos Municípios

As informações abordadas anteriormente consideram as receitas agregadas dos municípios cearenses, porém pode-se questionar se o fenômeno identificado no tópico anterior se repete de forma similar em todas as localidades do estado. Assim, optou-se por analisar o comportamento das receitas municipais de acordo com o porte populacional dos municípios cearenses e, de forma separada, o município de Fortaleza.

3.1 - Municípios com População entre 3.595 e 12.588 habitantes.

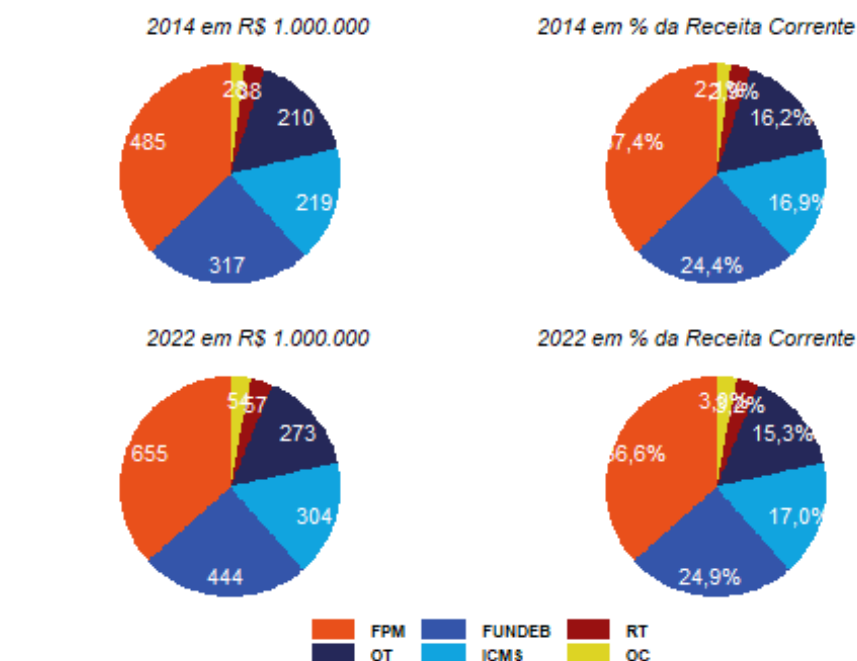
Considerando-se os menores municípios do Ceará, aqueles com população inferior a 12.588 habitantes, situação em que se encontravam, em 2022, 36 municípios cearenses em que residiam 337.531 pessoas, constata-se que a principal fonte de receitas desses municípios, tanto em 2014 como em 2022, ver Figura 3, era a cota parte do FPM com o FUNDEB ocupando a segunda colocação.

Quanto ao crescimento constata-se que o maior incremento foi o das receitas tributárias, cujo valor, entre 2014 e 2022, ver Tabela 1, foi de, aproximadamente, 52%. É interessante observar, ver Figura 4, que não houve alteração na ordem de importância das principais fontes de receitas dos municípios cearenses de menor porte.

Deve-se pontuar que, apesar desse crescimento significativo, a participação dessa fonte de recursos, entre as receitas correntes municipais, ficou em torno de 3%.

Constata-se, dessa forma, que não houve alteração na ordem relativa das principais fontes de receitas dos municípios com menos de 12.588 habitantes. Ou seja, a dinâmica das receitas desse grupo de municípios difere daquela observada no agregado dos municípios cearenses, porém, deve-se pontuar que as receitas do FUNDEB cresceram mais do que as do FPM.

Figura 3: Composição da Arrecadação dos Municípios Cearenses em Anos Selecionados



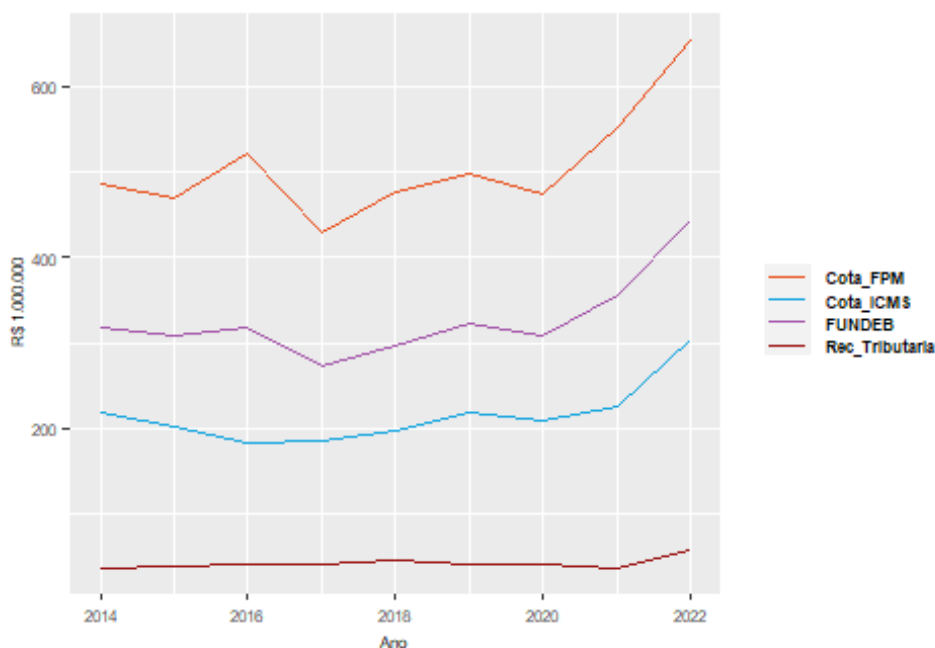
Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA de 12/2022

Tabela 2: Principais Fontes de Receitas Dos Municípios Cearenses (R\$1.000.000)

Receitas	2014	2022	Cresc. (%)
Demais correntes	27,67	53,71	94,06
Rec. Tributária	37,66	57,21	51,93
FUNDEB	316,77	444,03	40,17
Cota ICMS	219,34	304,06	38,62
Cota FPM	484,60	654,64	35,09
Demais transferências	210,18	273,14	29,96
Total Receita Corrente	1.296,23	1.786,79	37,85

Fonte: STN / Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA de 12/2022.

Figura 4: Evolução das Principais Receitas dos Municípios Cearenses (R\$ 12/2022)



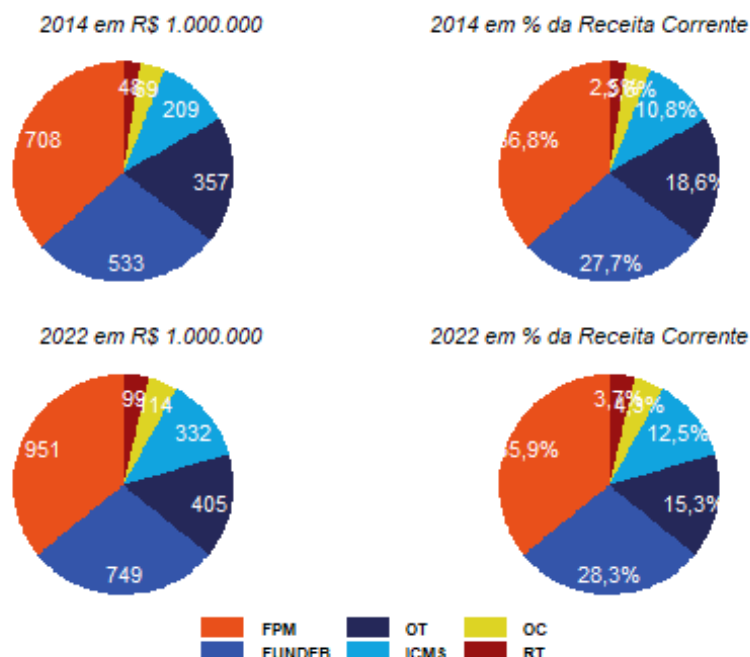
Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA

3.2 - Municípios com população entre 12.588 e 18.426 habitantes.

O segundo grupo de municípios, que possuem população entre 12.588 e 18.426 habitantes, é constituído por 35 municípios em que residiam 550 mil habitantes. Assim como no caso anterior observa-se, ver Figura 5, que a principal fonte de receitas correntes desse grupo são as oriundas da cota parte do FPM e, em seguida, constituindo a segunda fonte de receitas, as receitas do FUNDEB.

É interessante observar, pela inspeção da Tabela 3, que as receitas tributárias, desse grupo praticamente dobraram entre os anos de 2014 e 2022, sendo esse um indicativo de que esses municípios realizaram algum esforço para aumentar as receitas próprias, entretanto, como fica evidenciado pelas informações da Figura 5, essas receitas não alcançam 4% das receitas correntes totais desses municípios.

Figura 5: Composição da Arrecadação dos Municípios Cearenses em Anos Selecionados



Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA de 12/2022

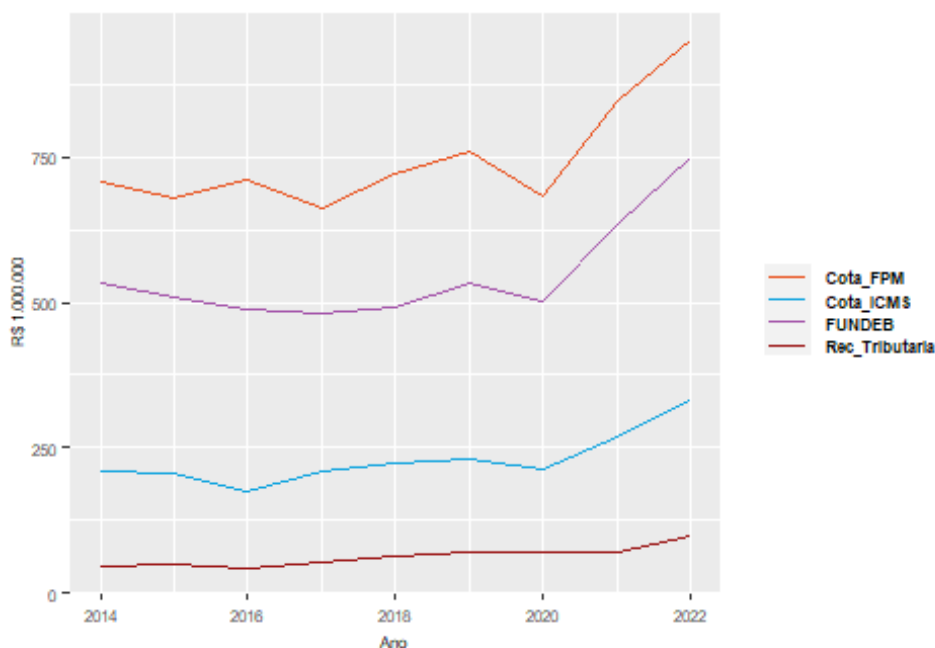
Tabela 3: Principais Fontes de Receitas Dos Municípios Cearenses (R\$1.000.000)

Receitas	2014	2022	Cresc. (%)
Rec. Tributária	48,30	98,90	104,77
Demais correntes	68,59	113,54	65,53
Cota ICMS	208,54	331,78	59,10
FUNDEB	532,98	749,47	40,62
Cota FPM	707,62	951,41	34,45
Demais transferências	356,95	405,01	13,46
Total Receita Corrente	1.922,98	2.650,11	37,81

Fonte: STN / Siconfi. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA de 12/2022.

Assim como no caso dos municípios cearenses de menor porte nota-se, ver Figura 6, que não houve mudança relativa na composição das principais receitas correntes dos municípios dessa faixa de população. Ou seja, não se observa, nesse grupo, o fenômeno em que as receitas do FUNDEB ultrapassaram as da cota parte do FPM, apesar do maior crescimento daquela fonte de receitas.

Figura 6: Evolução das Principais Receitas dos Municípios Cearenses (R\$ 12/2022)



Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA

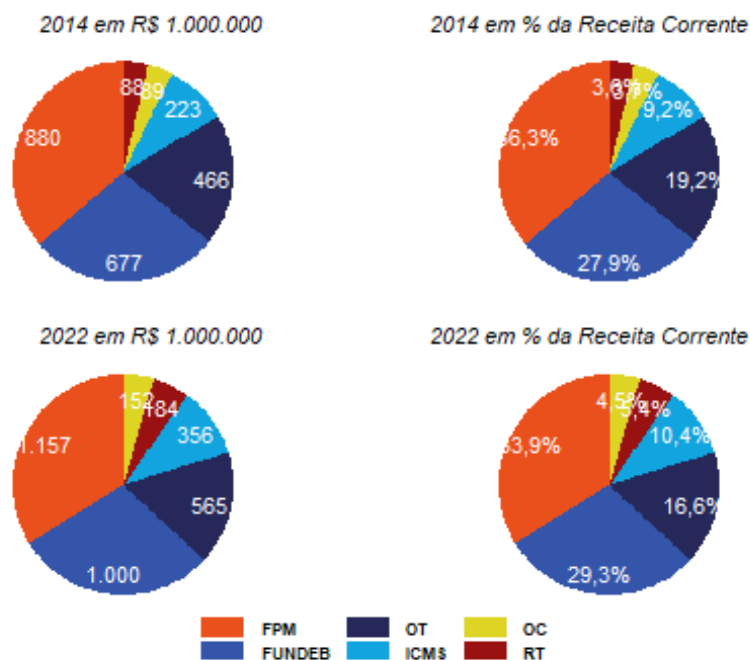
3.3 - Municípios com população entre 18.426 e 26.161 habitantes.

Nesse terceiro grupo de municípios, aqueles com população entre 18.426 e 26.161 habitantes, encontravam-se, em 2022, 35 municípios em que residiam 773 mil habitantes. Como pode ser verificado na Figura 7 as receitas do FPM, desse grupo, em 2022, eram sua principal fonte de receitas, superando o FUNDEB em, aproximadamente 4 pontos percentuais.

Constata-se, ao se observar a Tabela 5, que o crescimento das receitas do FUNDEB superaram em mais de 16 pontos percentuais o incremento das receitas da cota parte do FPM, contribuindo para a redução da distância entre elas. É interessante observar que essa distância vem se reduzindo ao longo dos anos, especialmente após o ano de 2018, ver Figura 8, quando, aparentemente, as receitas do FPM caíram mais do que as do FUNDEB.

Em relação ao desempenho das receitas, assim como nos casos anteriores, nota-se um notável crescimento das receitas tributárias que mais do que dobraram nesse grupo de município. Porém, repetindo o que foi descrito nos outros dois grupos, essa fonte contribui com um percentual ínfimo das receitas correntes municipais.

Figura 7: Composição da Arrecadação dos Municípios Cearenses em Anos Selecionados



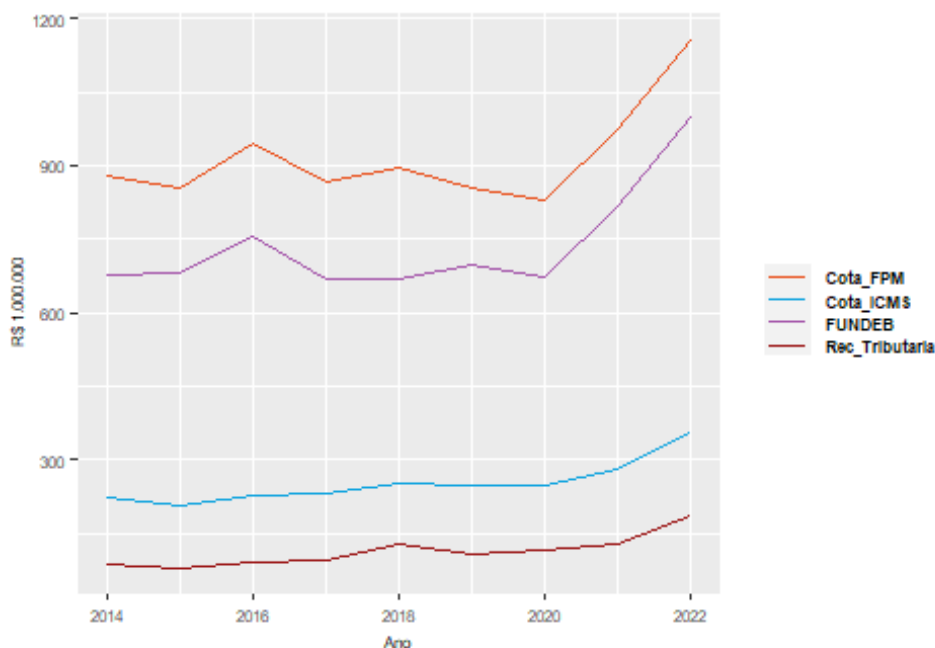
Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA de 12/2022

Tabela 4: Principais Fontes de Receitas Dos Municípios Cearenses (R\$1.000.000)

Receitas	2014	2022	Cresc. (%)
Rec. Tributária	88,23	184,17	108,73
Demais correntes	88,74	152,13	71,43
Cota ICMS	223,19	355,71	59,38
FUNDEB	676,91	999,72	47,69
Cota FPM	880,10	1.157,43	31,51
Demais transferências	466,09	565,47	21,32
Total Receita Corrente	2.423,26	3.414,61	40,91

Fonte: STN / Siconfi. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA de 12/2022.

Figura 8: Evolução das Principais Receitas dos Municípios Cearenses (R\$ 12/2022)



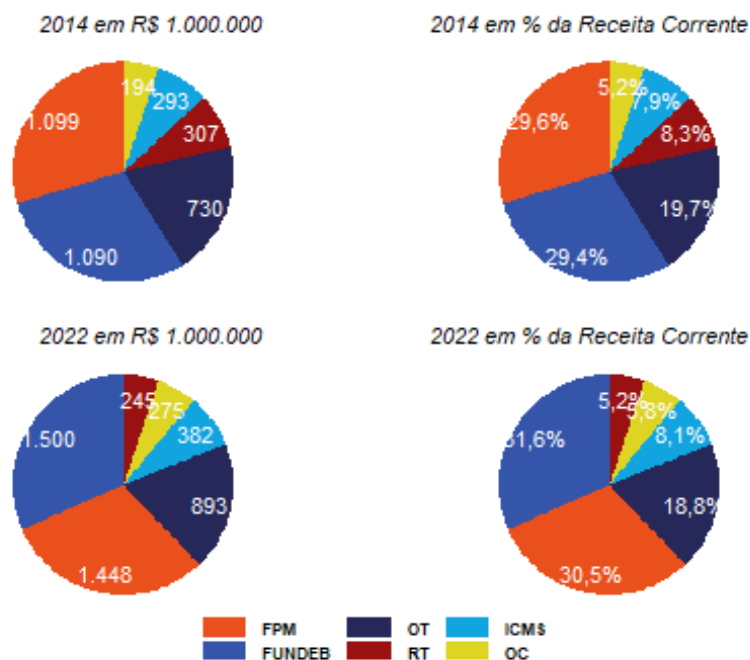
Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA

3.4 - Municípios com população entre 26.161 e 48.086 habitantes.

O quarto grupo de municípios é constituído por aqueles que possuem entre 26.161 e 48.086 habitantes, que, em 2022, era constituído por 34 municípios em que habitavam 1.163 mil pessoas. Observando-se a Figura 9 constata-se que as receitas do FUNDEB, em 2022, superaram as da cota parte do FPM em, aproximadamente, 1 ponto percentual e que, em 2014, elas já estavam bastante próximas.

Assim, dado o maior crescimento das receitas do FUNDEB, ver Tabela 5, nesse grupo de municípios, essa fonte superou as receitas do FPM. Observa-se, ainda na Tabela 5, que houve uma queda nas receitas tributárias, em relação a 2014, pouco maiores que 20%, levando a redução da participação dessa fonte de receitas de 8,3, em 2014, para 5,2%, em 2022. Outro fato, digno de nota, é que esse grupo registrou o menor crescimento, excetuando o município de Fortaleza, das receitas correntes dos municípios cearenses.

Figura 9: Composição da Arrecadação dos Municípios Cearenses em Anos Selecionados



Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA de 12/2022

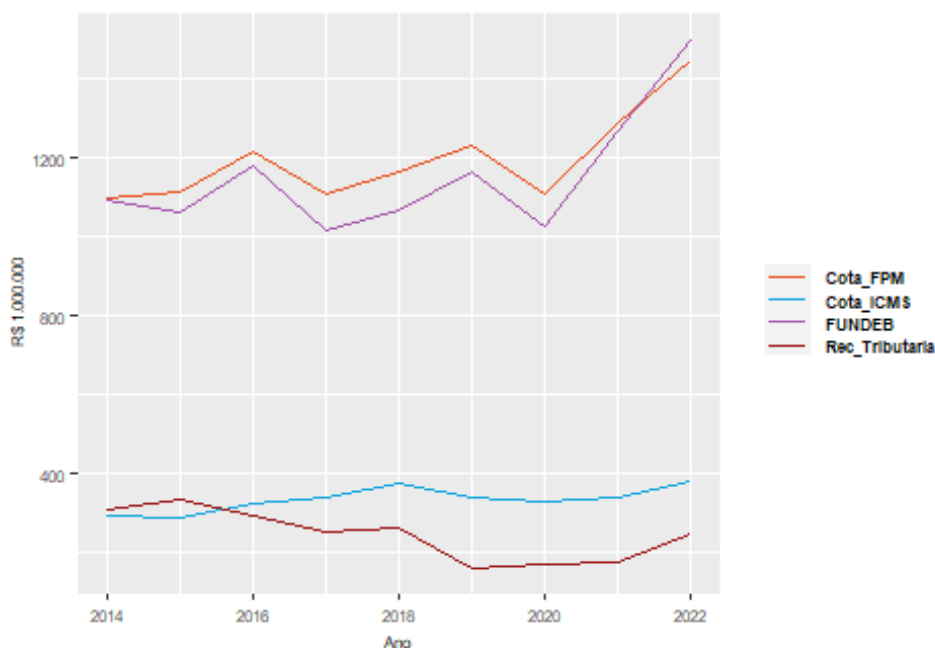
Tabela 5: Principais Fontes de Receitas Dos Municípios Cearenses (R\$1.000.000)

Receitas	2014	2022	Cresc. (%)
Demais correntes	193,73	274,56	41,72
FUNDEB	1.089,93	1.499,72	37,60
Cota FPM	1.098,58	1.448,17	31,82
Cota ICMS	293,12	381,78	30,25
Demais transferências	730,22	892,74	22,26
Rec. Tributária	307,38	245,33	-20,19
Total Receita Corrente	3.712,96	4.742,29	27,72

Fonte: STN / Siconfi. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA de 12/2022.

Analisando-se a Figura 10, constata-se que a trajetória das receitas do FPM e do FUNDEB apresentaram trajetórias parecidas e que as receitas do FUNDEB ultrapassaram as do FPM apenas no ano de 2021, ou seja, no penúltimo ano do período em análise. Dessa forma, ao contrário dos grupos anteriormente analisados, esse grupo reflete o comportamento identificado para o agregado dos municípios cearenses.

Figura 10: Evolução das Principais Receitas dos Municípios Cearenses (R\$ 12/2022)



Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA

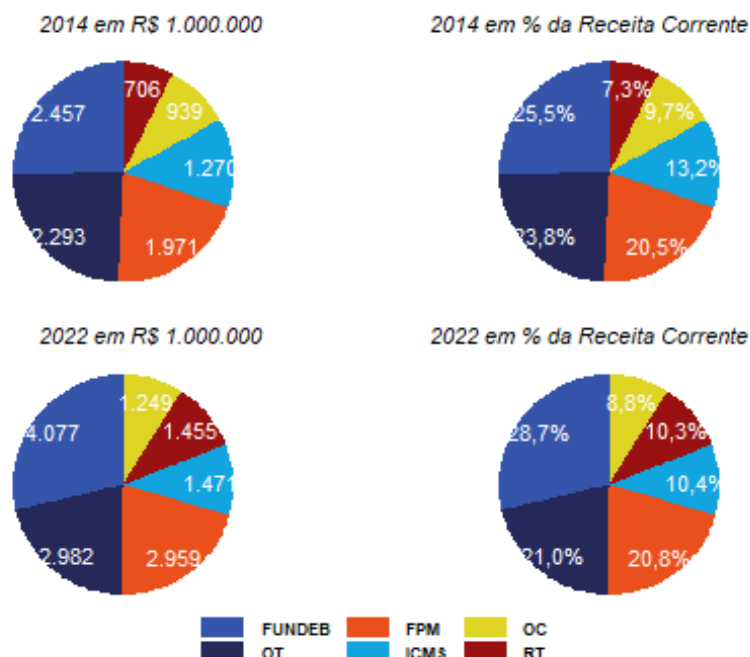
3.5 - Municípios com população entre 48.086 e 368.918 habitantes.

O quinto grupo, o dos maiores municípios cearenses, são os municípios com população entre 48.086 e 368.918 habitantes, abrangendo 38 municípios em que habitam mais de 3,5 milhões de pessoas. Como se observa na Figura 11, constata-se que para esse grupo o FUNDEB era a principal fonte de receitas dos municípios desse grupo eram as mais importantes, tanto em 2014 como em 2022.

Analisando-se a Tabela 6, verifica-se que as receitas do FUNDEB cresceram mais de 165 pontos percentuais a mais do que as da cota parte do FPM e, dada essa diferença a participação dessa fonte de receitas aumentou sua participação na composição das receitas correntes municipais.

Outro importante fato evidenciado na Tabela 6 é que elas praticamente dobraram entre os anos de 2014 e 2022, o que elevou a participação dessa fonte, entre as receitas correntes, de 7,3%, em 2014, para 10,3%, em 2022.

Figura 11: Composição da Arrecadação dos Municípios Cearenses em Anos Selecionados



Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA de 12/2022

Tabela 6: Principais Fontes de Receitas Dos Municípios Cearenses (R\$1.000.000)

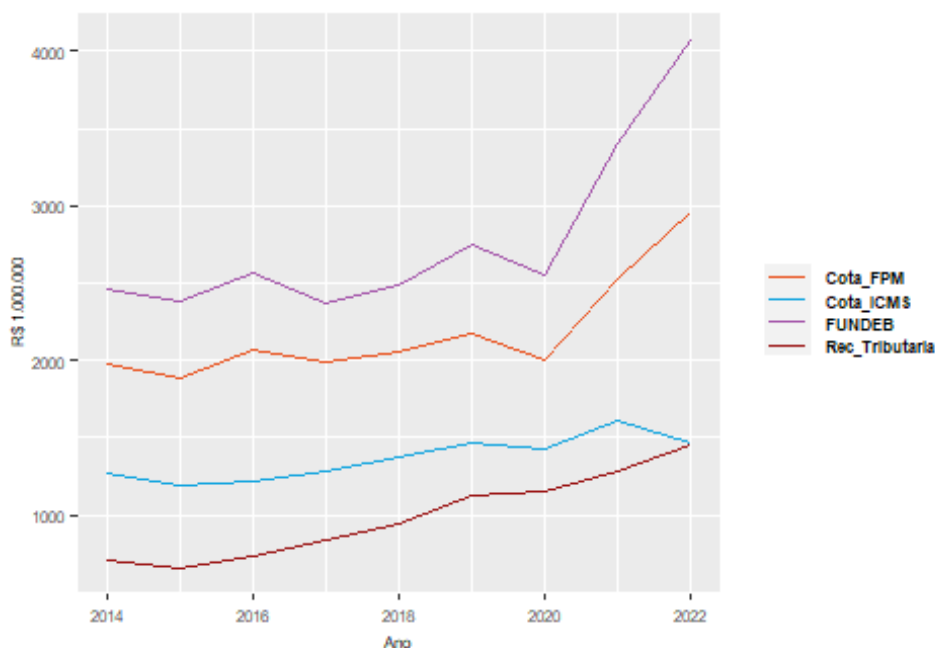
Receitas	2014	2022	Cresc. (%)
Rec. Tributária	706,35	1.455,45	106,05
FUNDEB	2.456,53	4.077,10	65,97
Cota FPM	1.971,02	2.959,15	50,13
Demais correntes	938,98	1.249,18	33,04
Demais transferências	2.292,91	2.981,91	30,05
Cota ICMS	1.270,06	1.471,05	15,83
Total Receita Corrente	9.635,84	14.193,84	47,30

Fonte: STN / Siconfi. Elaboração Própria.

Atualizado pelo IPCA de 12/2022.

Considerando-se a trajetória das quatro principais fontes de receitas dos municípios, ver Figura 12, observa-se dois fatos interessantes. O primeiro é que, aparentemente, as receitas do FUNDEB passaram a crescer de forma mais acentuada que as do FPM a partir do ano de 2022 e, o segundo, é possível constatar que as receitas tributárias desse grupo estão se aproximando consistentemente, no período de 2014 a 2022, da cota parte do ICMS.

Figura 12: Evolução das Principais Receitas dos Municípios Cearenses (R\$ 12/2022)



Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA

3.6 - Município de Fortaleza

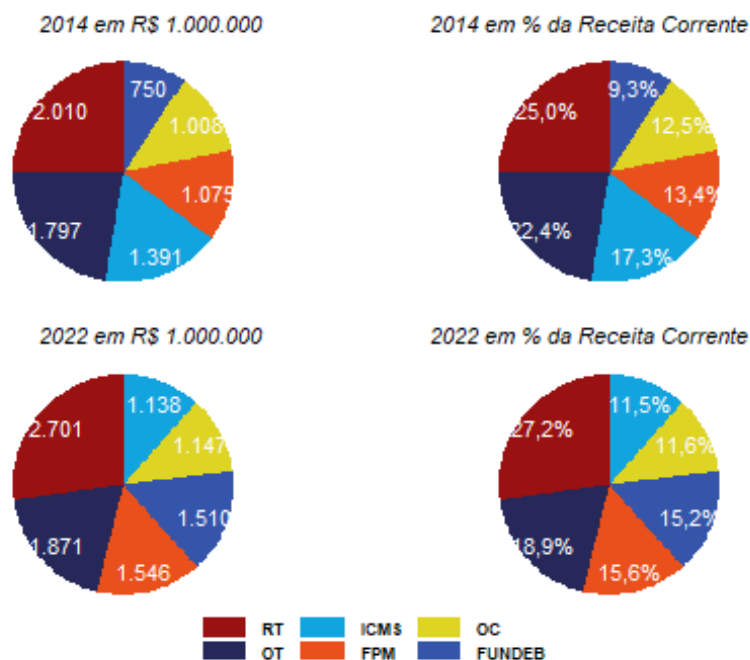
Optou-se por analisar o município de Fortaleza de forma isolada, dada a significativa diferença de porte em relação aos demais municípios cearenses, assim, deve-se frisar que na capital estadual havia, em 2022, mais de 2,7 milhões de habitantes. Conforme observa-se na Figura 13 as receitas tributárias respondiam por mais de um quarto das receitas correntes do município, constituindo a maior fonte de receitas desse município.

O segundo maior destaque, de forma individual, a cota parte do ICMS, em 2014, foi superada pelo FPM, em 2022. Esse fato pode ser um reflexo de dois fatores, sendo o primeiro o deslocamento de atividades econômicas, que constituem a base de arrecadação do ICMS, para fora do município de Fortaleza

O segundo fator refere-se à redução do percentual do repasse estadual vinculados ao VAF (Valor Adicionado Fiscal) de 75% para 65%, ocorrido pela promulgação da Lei Estadual 17.320 de 2020. Para identificar a relevância de cada um desses fatores, refutando-os ou não, seriam necessárias análises mais aprofundadas desses fenômenos.

A inspeção da Tabela 7 permite observar que as receitas do FUNDEB, no município de Fortaleza, praticamente dobraram entre 2014 e 2022, fazendo com que essa fonte de receitas ultrapassasse a cota parte do ICMS. Além disso deve-se frisar que esse crescimento foi significativamente maior que o da cota parte do FPM.

Figura 13: Composição da Arrecadação dos Municípios Cearenses em Anos Selecionados



Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA de 12/2022

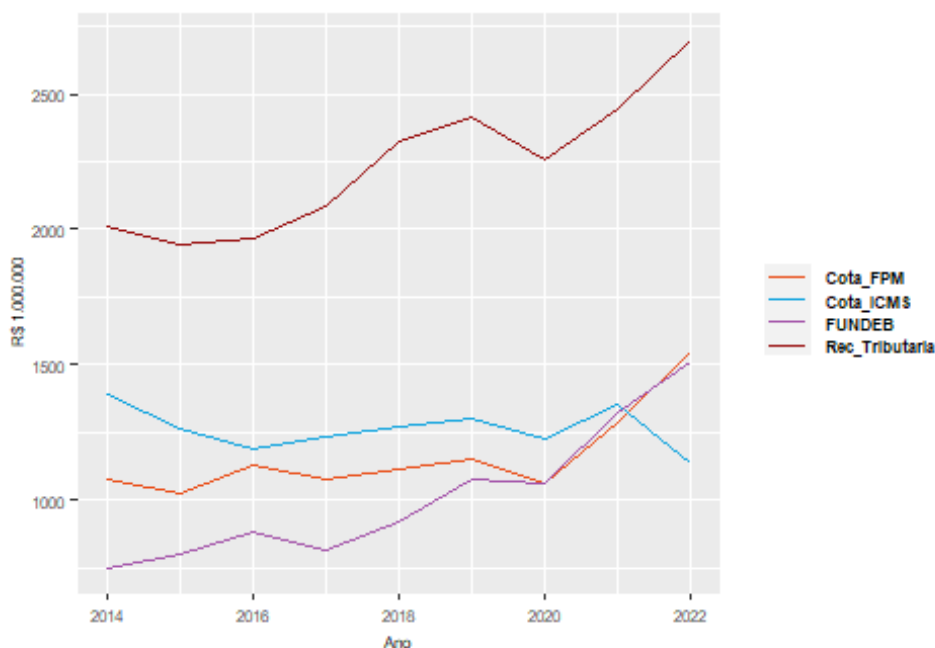
Tabela 7: Principais Fontes de Receitas Dos Municípios Cearenses (R\$1.000.000)

Receitas	2014	2022	Cresc. (%)
FUNDEB	749,77	1.510,40	101,45
Cota FPM	1.075,14	1.546,16	43,81
Rec. Tributária	2.010,20	2.701,46	34,39
Demais correntes	1.007,72	1.147,20	13,84
Demais transferências	1.796,83	1.870,86	4,12
Cota ICMS	1.391,05	1.138,41	-18,16
Total Receita Corrente	8.030,71	9.914,48	23,46

Fonte: STN / Siconfi. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA de 12/2022.

Em relação a dinâmica das quatro principais fontes de receitas do município de Fortaleza, ver Figura 14, constata-se que, desde 2014, as receitas do FUNDEB crescem de forma consistente, ficando em patamares próximos aos da cota parte do FPM no ano de 2020 em diante. Por outro lado, a cota parte do ICMS caiu de forma significativa entre os anos de 2021 e 2022, reforçando a hipótese de que a redução do percentual do VAF, mencionado anteriormente, contribuiu para a redução da importância dessa fonte no município de Fortaleza.

Figura 14: Evolução das Principais Receitas dos Municípios Cearenses (R\$ 12/2022)



Fonte: STN/Siconfi. Elaboração Própria. Atualizado pelo IPCA

4 - Notas Conclusivas

Nesse Informe foi analisado o comportamento das principais fontes de receitas dos municípios cearenses, tendo sido constatado, em um primeiro momento que as receitas do FUNDEB, de forma agregada, superaram as da cota parte do FPM como a principal fonte de receitas dos municípios cearenses.

Entretanto, ao analisar-se as receitas municipais considerando-se o tamanho de suas populações constatou-se alguns fatos interessantes que não são uniformes entre todos os municípios cearenses. O primeiro fato a ser observado é que, de uma forma geral, as receitas do FUNDEB são mais importantes, no ano de 2022, para os municípios com população superior entre 26 e 368 mil habitantes.

Um caso especial é o município de Fortaleza, em que as receitas do FUNDEB mais do que dobraram, superando o crescimento dos demais grupos de municípios e, certamente, contribuíram para que essa fonte de receitas, no agregado dos municípios cearenses, superasse as provenientes do FPM.

Complementarmente, foi observado que as receitas do FUNDEB cresceram mais do que as da cota parte do FPM em todos os grupos de municípios analisados anteriormente. Assim, o fenômeno identificado inicialmente, das receitas do FUNDEB terem superado as do FPM, refere-se, principalmente, ao fato das receitas da primeira fonte terem crescido mais do que as da segunda.

Outro ponto relevante é o sensível incremento das receitas tributárias que, exceto no grupo de municípios com população entre 26 e 48 mil habitantes, em todos os grupos de municípios analisados. Entretanto o fato dessas receitas, na maioria dos municípios

cearenses, apresentarem participação ínfima na composição de suas receitas correntes, no ano de 2014, esse desempenho teve um impacto limitado em sua importância relativa.

Deve-se observar que essas mudanças de composição da receita corrente dos municípios cearenses não é apenas um fato curioso, dado que elas têm implicância tanto na forma como os municípios empenham seus recursos, para a promoção de políticas públicas, como demonstram que, de uma forma geral, os municípios empreenderam esforços para aumentar sua independência fiscal. Assim, à medida que a maior dependência de recursos recebidos pelas transferências do FUNDEB implicam, independente da vontade local, em maior comprometimento com políticas na área de educação a maior independência fiscal pode contribuir para que os municípes se interessem mais pelo acompanhamento das políticas públicas locais, incentivando-os a exigirem resultados da administração pública local.